



Relatório de Governança Corporativo

2022.2

31/1/2023

Sumário

2. APRESENTAÇÃO	4
3. O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ.....	5
3.1. Competências	5
3.2. Beneficiários	5
4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
4.1. Cargos em Comissão.....	7
4.1.1. Composição	8
4.2. Servidores Cedidos	9
4.3. Conselhos.....	10
4.3.1. Composição CONDEPREV	10
4.3.2. Composição do CONFIPREV	15
5. FINANCEIRO	16
5.1. Despesas	17
5.1.1. Despesas com benefícios previdenciários	17
5.1.2. Evolução das despesas com folha de pagamento	18
5.1.3. Despesas Administrativas	19
5.1.4. Evolução das Despesas Administrativas	19
5.2. Receitas	20
5.2.1. Receitas de Contribuições Previdenciárias	21
5.2.2. Evolução das receitas de contribuições previdenciárias	22
5.2.3. COMPREV.....	23
5.3. Aplicações Financeiras.....	24
5.3.1. Segmentos dos investimentos.....	25
5.4. Comitê de Investimentos.....	26
5.4.1. Competências do Comitê de Investimentos.....	26
5.4.2. Reuniões e Deliberações do Comitê de Investimentos	27
5.5. Patrimônio do RPPS	28
5.5.1. Parcelamentos	28
5.5.2. Bens Móveis.....	29
6. CONTROLE INTERNO	31
6.1. Da competência da Controladoria Geral do Município:.....	31
6.2. Da competência da Assessoria de Controladoria Interna:	31

6.3. Compras, Contratos e Licitações	32
7. ATUÁRIA.....	36
7.1. Análise de variações de resultados – Fundo previdenciário capitalizado	36
7.2. Variação no custo previdenciário	37
7.3. Variação das Receitas e Despesas Estimadas Versus Realizadas	38
8. JURÍDICO	39
8.1. Da competência do Jurídico.....	39
8.2. Das atividades realizadas.....	40
9. RPPS EM NÚMEROS.....	41

2. APRESENTAÇÃO

O Instituto de Previdência do Município de Canindé - IPMC, buscando a efetividade em realizar programas e ações que aprimorem a gestão através da implantação de boas práticas aplicadas ao setor público, pretende agir como facilitador no cumprimento da sua missão institucional, buscando sempre avaliar todas as ações desenvolvidas ao longo da gestão.

Nesse contexto, o presente Relatório de Governança Corporativa, elaborado pela Presidência do IPMC, versa sobre as ações desenvolvidas no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Canindé-CE ao longo dos meses de janeiro a dezembro de 2022, com o objetivo de servir de instrumento de prestação de contas para os seus segurados e a sociedade em geral, reforçando assim o nosso compromisso com a transparência no serviço público.

Esta é a terceira edição do Relatório de Governança, onde apresentaremos dados relacionados a gestão do IPMC, com a finalidade de prestar informações referente aos benefícios concedidos, contratos, finanças, perícia médica, atendimento ao público através dos diversos requerimentos recebidos, dados contábeis e de investimentos.

Destacamos inicialmente, que no ano de 2021, o Instituto aderiu, consoante com o desejo da Administração Municipal, o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017) denominada de PRÓ-GESTÃO RPPS. O programa consiste na melhoria da organização dos processos previdenciários, e contribui para a integração sistêmica das atividades de gestão, dos fluxos e procedimentos administrativos. Isso gerou grande parte das ações realizadas pelo IPMC no último ano e que serão apresentadas aqui neste relatório.

Em cumprimento ao novo texto constitucional aprovado através da Emenda 103/2019, de 12 de novembro de 2019, denominada Reforma da Previdência, o Município de Canindé, realizou sua reforma completa mediante aprovação da Lei Municipal nº 2.527/2021, de 20 de outubro de 2021, que trouxe novidades quanto ao caráter contributivo do Ente e dos segurados ativos e inativos, regras de concessão, cálculo e reajustamento de benefícios previdenciários. Todas essas principais mudanças serão exploradas ao longo deste relatório.

Vale ressaltar, que o IPMC tem efetuado esforços no sentido de alcançar abrangente e transformador processo de atualização e modernização da sua identidade institucional, impulsionado pela visão de se tornar referência nacional em matéria previdenciária. Destaca-se que diversas ações foram e estão sendo implementadas visando o bom desenvolvimento de boas práticas de Governança Corporativa.



3. O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CANINDÉ

O Instituto de Previdência do Município de Canindé foi criado pela Lei nº 1.918, de 27 de janeiro de 2006, como entidade gestora única do Regime de Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Canindé, sendo Autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa, financeira, contábil e patrimonial, com sede e foro na cidade de Canindé – CE, com prazo de duração indeterminado.

Através da Lei nº 2.527/2021, de 20 de outubro de 2021, o IPMC contou com a sua reestrutura, tendo em vista aquilo que foi determinado através da EC 103/2019, atualizando o seu rol de benefícios exclusivamente para aposentadorias e pensão por morte, observando as regras de concessão, cálculo e reajusteamento de benefícios não distintos do RGPS, bem como atualizando o caráter contributivo do Ente, Ativos, Inativos e Pensionistas. Tendo sua Legislação completamente validada e de maneira regular no seu Extrato Previdenciário.

Análise da Legislação		Descrição do Criterio	Situação
Critério(s)			
Acesso dos segurados às informações do regime		Q	Regular
Caráter contributivo (Ente e Ativos - Alíquotas)		Q	Regular
Caráter contributivo (Inativos e Pensionistas- Alíquotas)		Q	Regular
Cobertura exclusiva a servidores efetivos		Q	Regular
Concessão de benefícios não distintos do RGPS - previsão legal		Q	Regular
Encaminhamento da legislação à SPS		Q	Regular
Observância dos limites de contribuição do ente		Q	Regular
Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas		Q	Regular
Regras de concessão, cálculo e reajusteamento de benefícios		Q	Regular
Utilização dos recursos previdenciários - Previsão legal		Q	Regular

3.1. Competências

O IPMC visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que atendam às seguintes finalidades:

I – garantir meios de subsistência nos casos de aposentadoria por incapacidade permanente ao trabalho, idade avançada para os participantes e morte para os beneficiários.

II – proteção à família.

3.2. Beneficiários

São filiados ao IPMC, na qualidade de beneficiários, os segurados e os dependentes:

I – o servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias, inclusive as de regime especial e fundações públicas;

II – os aposentados;

III – O cônjuge, a companheira, o companheiro, e o filho não emancipado, de qualquer condição, menos de vinte e um anos ou inválido;

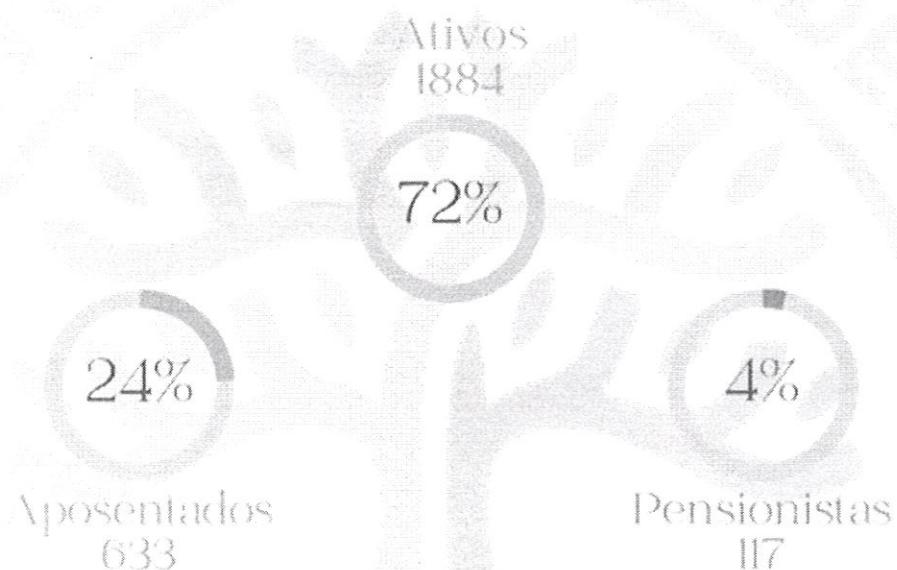
IV – os pais;



V – o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

Em 31/12/2022, o IPMC contava com o seguinte quantitativo e percentual de segurados e beneficiários:

Relação entre segurados e beneficiários



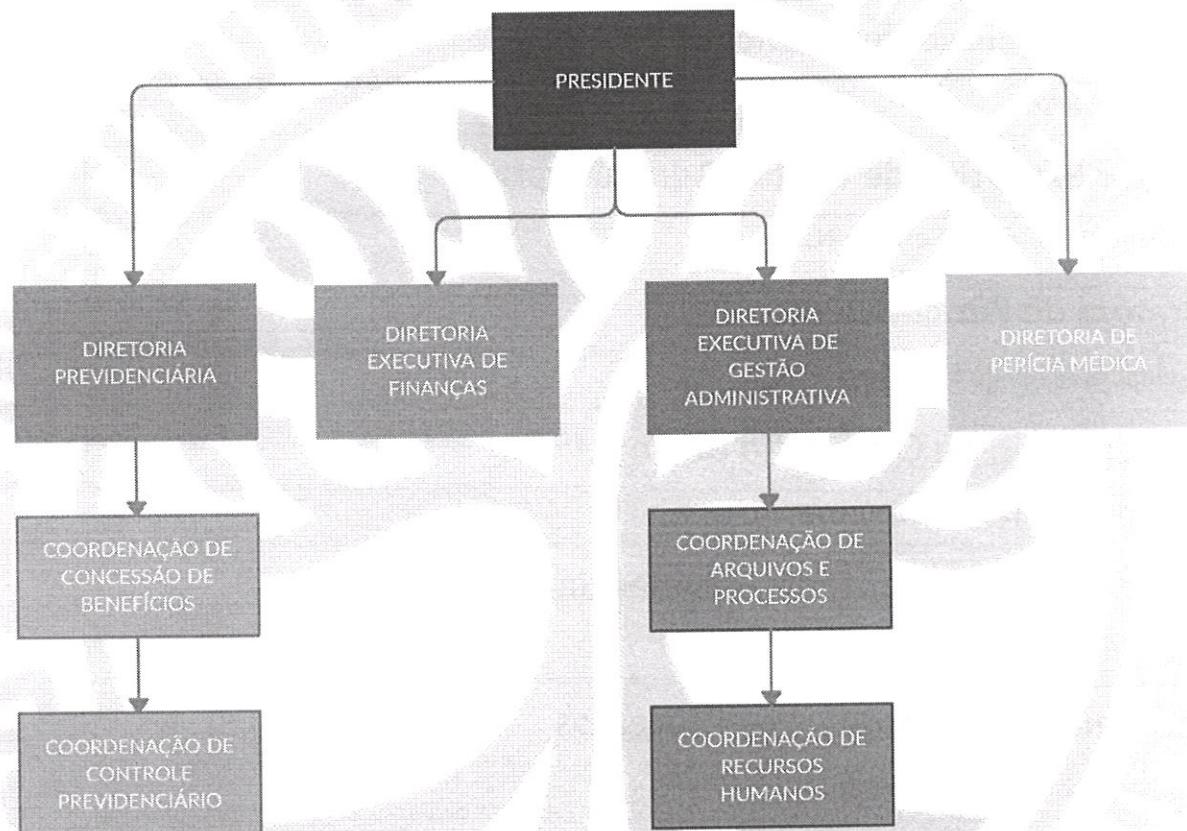
O IPMC é fiscalizado pelo Conselho Deliberativo, Controle Interno, Câmara Municipal, Tribunal de Contas do Estado do Ceará, Ministério Público, e pelo Ministério do Trabalho e Previdência através da Secretaria da Previdência e ainda pelos seus segurados. Além disso, a Autarquia desempenha suas atividades de acordo com as leis específicas, com base em normas gerais de contabilidade e atuarial, de modo a preservar e garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.



4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

4.1. Cargos em Comissão

A Autarquia está localizada na Rua Célio Martins, 686, Imaculada Conceição, Canindé-CE e a sua estrutura organizacional está definida através da Lei nº 2.414, de 19 de junho de 2018, com os cargos de provimento em comissão e funções de confiança que lhe são correspondentes, representada pelo seguinte organograma.



4.1.1. Composição

Presidente

- Ilane Karise Barbosa Cunha

Diretor de Previdência

- Antonia Eliane Monteiro de Moura

Diretor Executivo de Finanças

- Cargo vago

Diretor Executivo de Gestão Administrativa

- Claudemiro Alves Ferreira Neto

Diretora de Perícia Médica

- Lidiana Alves da Silva dos Santos

Coordenação de Concessão de Benefícios

- Maria das Graças de Sousa Anastácio

Coordenação de Controle Previdenciário

- Katienne Maria da Silva Moura Jucá

Coordenação de Arquivos e Processos

- Claudia Maria Ferreira Barbosa

Coordenação de Recursos Humanos

- Francisca Francismar Gonçalves Araújo



4.2. Servidores Cedidos

Além do quadro de servidores comissionados, a autarquia ainda conta com servidores cedidos exercendo funções específicas necessárias para o funcionamento do RPPS e seus projetos e 1 (um) médico contratado a fim de exercer as atividades inerentes de Médico Perito para avaliar os servidores que são encaminhados para Aposentadoria por Incapacidade Permanente. São eles:

Responsável pela Ouvidoria

- Marcos Vinícius Arruda Miranda

Fiscal de Serviços

- Maria Márcia Milena Abreu Domingues

Controle de Combustível

- Jéssica Vieira Bandeira

Repcionista

- Thalita Mayara Laurindo

Auxiliar Financeiro

- Francisco Mardonio Alves Abreu

Nutricionista

- Josimayra dos Santos Uchoa

Médico Perito

- Ruan Carlos Silvestre de Souza



4.3. Conselhos

O Instituto de Previdência do Município de Canindé – IPMC, tem em sua organização administrativa o Conselho Deliberativo Municipal de Previdência – CONDEPREV e o Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV.

Órgãos superiores de deliberação colegiada, tendo como membros, em sua maioria, pessoas com formação em nível superior ou conhecimento em previdência, com mandato de dois anos, admitidos uma única recondução.

4.3.1. Composição CONDEPREV

O CONDEPREV é composto pelas seguintes representações:

- I – Um presidente, indicado pelo chefe do Poder Executivo Municipal;
- II – Dois representantes do Poder Executivo, escolhidos pelo chefe do Poder Executivo Municipal;
- III – Dois representantes do Poder Legislativo, escolhidos pelo Presidente da Câmara;
- IV – Dois representantes dos servidores ativos, escolhidos pelo Sindicato de Classe da Categoria; e,
- V – Um representante dos inativos e pensionistas, escolhidos pelo Sindicato de Classe da Categoria.



De janeiro a junho deste ano tínhamos um Conselho nomeado através das Portarias nº 127/2021, de 10 de fevereiro de 2021, nº 373/2021, de 30 de junho de 2021, nº 435/2021, de 10 de agosto de 2021 que findou o seu mandato em 30/06/2022.

Presidente	Maria Marcia Milena Abreu Domingues	
	Titulares	Regys Tavares Pereira
Representante do Poder Executivo		Antotnio Weber Magalhães Monteiro Neto
	Suplentes	Edilson Rodrigues Ximenes
		Walesca da Silva Santos
Representante do Poder Legislativo	Titulares	José Márcio Silva Sousa
	Suplentes	Priscila Rena Holanda Magalhães
Representante dos Servidores ativos	Titulares	Ana Célia Coelho Viana
		Antonio Genésio da Silva
	Suplentes	Francisco de Assis Araújo Farias
		Fábia de Sales Nogueira
Representante dos inativos e pensionistas	Titular	Maria Neide Maciel Abreu
	Suplente	Maria José Agapito Alves



Através da Portaria 260/2022, de 07 de julho de 2022, e portaria 365/2022, de 06 de outubro de 2022, fora instituído para o biênio julho 2022 a julho 2024 a seguinte composição do conselho:

Presidente	Antonio Fabio Uchoa Soares	
	Titulares	Maria Marcia Milena Abreu Domingues
Representante do Poder Executivo	Suplentes	João Valmir Portela Leal Junior
		Maria Meirilene Ferreira Alves
		Antonio Carlos Alves Marinho
Representante do Poder Legislativo	Titulares	José Márcio Silva Sousa
		Moacir Neco Barreto Neto
	Suplentes	Priscila Rena Holanda Magalhães
		Kelreline Silva Araújo Colares
Representante dos Servidores ativos	Titulares	Ana Célia Coelho Viana
		Maria Goretti Justino de Sousa
		Maria do Socorro Nascimento Gomes
	Suplentes	Francisco José Braz da Silva
Representante dos inativos e pensionistas	Titular	Maria Neide Maciel Abreu
	Suplente	Maria José Agapito Alves



4.3.1.1 Competências do CONDEPREV

Compete ao CONDEPREV:

- a) Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- b) Acompanhar a gestão administrativa e operacional do RPPS do Município de Canindé;
- c) Acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ao RPPS;
- d) Examinar e emitir parecer conclusivo sobre propostas de alteração da Política Previdenciária do Município e de procedimentos internos do RPPS;
- e) Acompanhar a contratação de agentes financeiros, bem como a celebração de contratos, convênios e ajustes pelo RPPS;
- f) Adotar providências cabíveis para a correção de atos e fatos, decorrentes de gestão, que prejudiquem o desempenho e cumprimento das finalidades do RPPS do Município de Canindé;
- g) Garantir o pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do RPPS;
- h) Acompanhar o parcelamento de débitos dos Poderes Executivo e Legislativo originário de contribuições sociais para com o RPPS do Município de Canindé; e
- i) Desempenhar outras funções que digam respeito à proteção do sistema e dos recursos previdenciários, no que for pertinente à sua esfera de atuação.

3.3.1.2. Agenda do CONDEPREV 2022.2

MÊS	DATA	HORA	ASSUNTO
Agosto	10/08/2022	09:30h	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor; - Plano de ação de capacitação para Gestores e Conselheiros.
Setembro	14/09/2022	09:30h	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de orientação previdenciária aos segurados pré e pós aposentadoria; - Implantação de programas de valorização dos inativos.
Outubro	19/10/2022	09:30h	Política de Investimentos 2023.
Novembro	09/11/2022	09:30h	A definir
Dezembro	14/12/2022	09:30h	A definir



4.3.1.3. Reuniões e Deliberações do CONDEPREV

07/02/22

- APROVACAO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DELIBERATIVO.

07/03/22

- APROVACAO DA VERSÃO II DOS MAPEAMENTOS.

15/03/22

- APROVACAO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2022.

19/04/22

- APROVACAO DA POLITICA DE INVESTIMENTOS PARA REGULARIZACAO DO ANO DE 2017.

07/06/22

- APROVACAO DA VERSAO II DAS MANUALIZACOES.

19/07/22

- POSSE DE NOVOS MEMBROS PARA O BIENIO 2022/2024.
- FORMULACAO DO CALENDARIO DE REUNIOES PARA O II SEMESTRE.

10/08/22

- DISCUSSAO SOBRE POLITICAS PREVIDENCIARIAS DE SAUDE E SEGURANCA DO SERVIDOR E PROGRAMA DE PREPARACAO PARA APOSENTADORIA.
- APROVACAO DO PLANO DE ACAO DE CAPACITACAO PARA GESTORES E CONSELHEIROS.

14/09/22

- APROVACAO DO PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA.

09/11/22

- APROVACAO DOS ITENS PARA CONSTAR NO RELATORIO DE GOVERNANCA CORPORATIVA E CONTROLE INTERNO.



4.3.2. Composição do CONFIPREV

O CONFIPREV é composto pelas seguintes representações:

I – Um representante dos servidores ativos do Município, escolhido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

II – Um representante da Câmara Municipal, dentre seus membros e servidores, escolhido pelo seu\Presidente; e,

III – Um representante dos servidores inativos do Município, escolhido pelo Sindicato de Classe da Categoria.

Através das Portarias nº 561/2021, de 15 de dezembro de 2021, nº 206-A/2022, de 24 de maio de 2022, nº 279/2022, de 22 de julho de 2022, nº 282/2022, de 28 de julho de 2022, fora instituído para o biênio Dezembro 2021 a Dezembro 2023, chegando a seguinte composição final do conselho:

Representante dos Servidores Ativos	Titular	Fábio Dias Santana
	Suplente	Diana Célia Almeida Gomes
Representante da Câmara Municipal	Titular	Cícero Silvestrino Santiago do Nascimento
	Suplente	Francisco Edinaldo Lourenço da Silva
Representante dos servidores inativos	Titular	Maria Liduina Costa Barros
	Suplente	Antonia Aurenice Santiago

4.3.2.1 Competências do CONFIPREV

- a) Elaborar e aprovar o seu regimento interno;
- b) Acompanhar e avaliar a gestão financeira e econômica do RPPSC do Município de Canindé;
- c) Acompanhar a execução orçamentária do RPPSC do Município de Canindé;
- d) Dirimir eventual divergência entre as ações da Presidência e do Comitê de Investimentos;
- e) Manifestar-se sobre a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado; e
- f) Desempenhar outras funções que digam respeito à proteção do sistema e dos recursos previdenciários, no que for pertinente à sua esfera de atuação.



4.3.2.2. Reuniões e Deliberações do CONFIPREV

07/06/22
14/06/22

- SEM QUORUM.

21/06/22

- POSSE DOS CONSELHEIROS REPRESENTANTES DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS.

02/08/22

- POSSE DOS CONSELHEIROS REPRESENTANTES DO LEGISLATIVO;
- PEDIDO DE SUBSTITUICAO DA CONSELHEIRA SUPLENTE DOS ATIVOS.

29/08/22

- POSSE DO CONSELHEIRO SUPLENTE DOS ATIVOS;
- APROVACAO DO REGIMENTO INTERNO;
- APROVACAO DO CALENDARIO DE REUNIOES;
- APROVACAO DO PLANO DE QUALIFICACAO.

28/09/22

- SEM QUORUM.

20/10/22

- POSSE DE NOVOS MEMBROS DO LEGISLATIVO;
- APROVACAO DA POLITICA DE INVESTIMENTOS DE 2023.

01/11/22

- SEM QUORUM.

08/11/22

- ESCOLHA DO PRESIDENTE DO CONSELHO.

14/12/22

- SEM QUORUM.



5. FINANCEIRO

5.1. Despesas

As despesas são valores gastos com a estrutura previdenciária, administrativa e comercial do RPPS. Em 2022, o IPMC contabilizou as seguintes despesas:



Nota-se que a principal despesa do IPMC é com o pagamento da folha de Aposentadoria de seus beneficiários, o que representa 86% dos seus gastos. Logo em seguida, 11% dos gastos são relacionados ao pagamento de Pensão por Morte e 3% dos gastos com o Custeio administrativo do RPPS.

5.1.1. Despesas com benefícios previdenciários

De Janeiro a Dezembro de 2022, têm-se como despesas de Aposentadorias o valor de R\$ 26.161.729,25 e de Pensões por Morte o valor de R\$ 3.278.088,72, obtendo como despesas de benefícios previdenciários o total de R\$ 29.439.817,97 conforme discriminado na tabela abaixo:

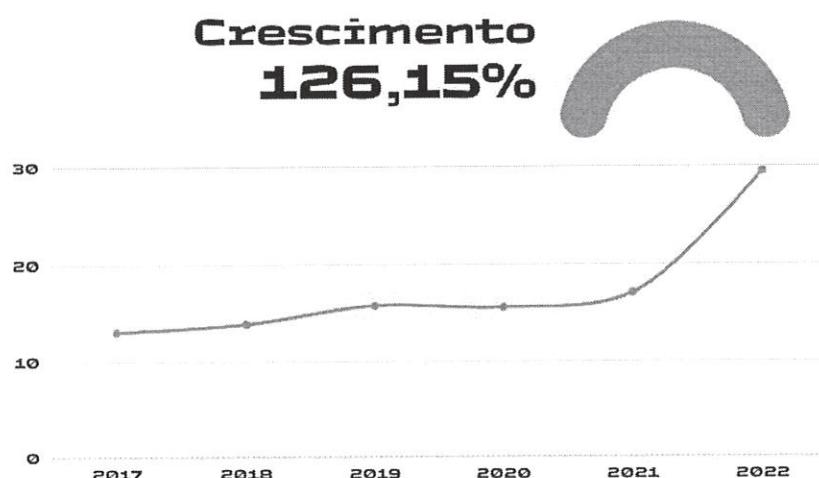
DESPESAS			
MÊS	APOSENTADORIAS	PENSÕES	TOTAL
JANEIRO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FEVEREIRO	R\$ 1.657.006,03	R\$ 233.046,55	R\$ 1.890.052,58
MARÇO	R\$ 1.663.944,46	R\$ 240.311,99	R\$ 1.904.256,45
ABRIL	R\$ 1.666.620,27	R\$ 210.248,60	R\$ 1.876.868,87
MAIO	R\$ 2.741.945,85	R\$ 347.980,25	R\$ 3.089.926,10
JUNHO	R\$ 1.952.694,08	R\$ 266.058,13	R\$ 2.218.752,21
JULHO	R\$ 2.975.094,04	R\$ 348.193,86	R\$ 3.323.287,90
AGOSTO	R\$ 2.003.579,29	R\$ 250.253,88	R\$ 2.253.833,17
SETEMBRO	R\$ 2.036.072,84	R\$ 217.917,51	R\$ 2.253.990,35
OUTUBRO	R\$ 2.103.343,18	R\$ 263.214,67	R\$ 2.366.557,85
NOVEMBRO	R\$ 2.095.982,14	R\$ 348.777,61	R\$ 2.444.759,75
DEZEMBRO	R\$ 5.265.447,07	R\$ 552.085,67	R\$ 5.817.532,74
TOTAL	R\$ 26.161.729,25	R\$ 3.278.088,72	R\$ 29.439.817,97

5.1.2. Evolução das despesas com folha de pagamento

Ao longo dos últimos 5 anos, pode-se observar o aumento nas despesas com folha de pagamento, isso deve-se ao fato do aumento linear dos salários de benefício, bem como o incremento de servidores que garantem o benefício de aposentadoria ou pensão por morte. Além disso, a reforma da previdência em Canindé, através da Lei nº 2.527/2021, reconheceu que todos os servidores que já possuíam ato de aposentadoria são de fato aposentados e passariam a receber pelo RPPS. Dessa forma, em novembro de 2021, cerca de 200 beneficiários foram recepcionados pelo RPPS e passaram a receber pela Autarquia, o que ocasionou um crescimento de 126,15% quando comparado a 2018.

O resumo dos gastos com folha de pagamento dos últimos cinco anos, pode ser visualizado na tabela e gráfico abaixo:

ANO	TOTAL
2018	R\$ 13.836.032,66
2019	R\$ 15.722.069,80
2020	R\$ 15.529.654,13
2021	R\$ 17.025.584,26
2022	R\$ 29.439.817,97



Ros

5.1.3. Despesas Administrativas

A legislação vigente do IPMC estipula um limite anual de 2% do somatório da remuneração de contribuição dos servidores ativos, apurado no exercício financeiro anterior, para custeio administrativo, ou seja, para a manutenção dos serviços do RPPS.

O valor total da remuneração de 2021 é considerada para o cálculo das despesas administrativas foi de R\$ 109.665.075,00. Dessa forma, a taxa de administração prevista para a Autarquia no ano de 2022 é de R\$ 2.193.301,50 sendo utilizado ao longo do ano o valor de R\$ 1.087.067,61, perfazendo um percentual de 49,56% de utilização.

A tabela abaixo discrimina as rubricas e os valores, de gastos referente a cada uma delas:

TIPO DE DESPESA	VALOR
Contratação por tempo determinado	R\$ 36.983,33
Vencimentos e vantagens fixas de pessoal	R\$ 229.183,32
Obrigações patronais	R\$ 32.737,84
Material de consumo	R\$ 40.192,44
Serviços de pessoa física	R\$ 13.952,90
Serviços de pessoa jurídica	R\$ 346.855,48
Serviços de tecnologia da informação e comunicação	R\$ 27.084,34
Obrigações tributárias e contributivas	R\$ 328.980,15
Equipamentos e material permanente	R\$ 17.157,00
Parcelamento RFB	R\$ 13.940,81
TOTAL	R\$ 1.087.067,61

5.1.4. Evolução das Despesas Administrativas

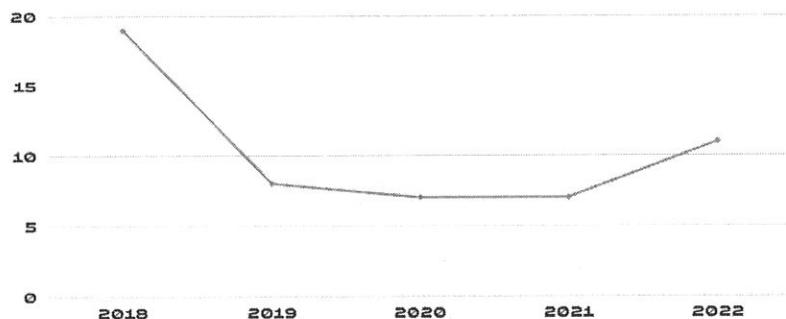
Ao longo dos últimos 5 anos, pode-se observar uma variação das despesas com custeio administrativo e o último ano teve um gasto superior aos três últimos, no entanto ainda é menor do que o ano de 2018, registrando uma baixa de 44,23%, mesmo com toda a modernização que o RPPS vem passando, bem como a adesão ao Pró-Gestão RPPS. As sobras do custeio são muito importantes, tendo em vista que poderá ser utilizada de maneira acumulada para o ano anterior.

O resumo dos gastos com custeio administrativo dos últimos cinco anos, pode ser visualizado na tabela e gráfico abaixo:

ANO	TOTAL
2018	R\$ 1.949.359,55
2019	R\$ 876.390,91
2020	R\$ 795.604,82
2021	R\$ 788.193,37
2022	R\$ 1.087.067,61



**Baixa
44,23%**



3.2. Receitas

Receitas financeira é o ganho que o RPPS tem com valores de contribuições do servidor ativo, aposentado, pensionista, do trabalhador, e ainda, os valores provenientes de sentenças judiciais, juros de investimentos e compensações previdenciárias.

Em 2022, o IPMC contabilizou as seguintes receitas:



Nota-se que a principal receita se deu através do recolhimento das obrigações patronal, ou seja, aquelas pagas pelo empregador, o que representa 57% da receita do IPMC. Logo em seguida, 35% das receitas são proveniente daquilo que foi arrecadado do servidor ativo e as receitas de parcelamento somaram 5%. Por fim, as receitas provenientes dos investimentos, compensações financeiras e sentenças judiciais, juntas somam 3% das receitas.

5.2.1. Receitas de Contribuições Previdenciárias

As fontes de financiamento do IPMC são:

I - Contribuições dos servidores ativos – 14% sobre a remuneração de contribuição;

II - Contribuições dos servidores aposentados e pensionistas – 14% incidentes sobre a parcela dos proventos que supere o valor de três salários mínimos;

III - Contribuição patronal do Município – 14% + aportes financeiros;

A legislação da contribuição Patronal do Município de Canindé foi modificada através da Lei nº 2.590/2022, de 30 de agosto de 2022, passando o plano de custeio a funcionar com aportes financeiros a fim de equacionamento do déficit atuarial. Anteriormente o custeio Patronal era realizado através de alíquota suplementar.

Até o mês de dezembro de 2022, têm-se como receitas de contribuições previdenciárias o valor de R\$ 29.194.838,16, sendo esse total R\$ 11.102.575,07 repassados como contribuição servidor, R\$ 18.092.263,09, conforme discriminado na tabela abaixo:

RECEITAS			
MÊS	SERVIDOR	PATRONAL	TOTAL
JANEIRO	R\$ 704.746,80	R\$ 5.560.950,51	R\$ 6.265.697,31
FEVEREIRO	R\$ 738.638,14	R\$ 1.230.878,34	R\$ 1.969.516,48
MARÇO	R\$ 975.577,05	R\$ 1.210.387,62	R\$ 2.185.964,67
ABRIL	R\$ 782.651,37	R\$ 1.242.941,16	R\$ 2.025.592,53
MAIO	R\$ 1.621.022,90	R\$ 1.721.832,98	R\$ 3.342.855,88
JUNHO	R\$ 1.094.204,66	R\$ 1.359.805,66	R\$ 2.454.010,32
JULHO	R\$ 115.277,02	R\$ 9.161,97	R\$ 124.438,99
AGOSTO	R\$ 1.943.638,68	R\$ 2.710.575,04	R\$ 4.654.213,72
SETEMBRO	R\$ 880.347,31	R\$ 1.334.066,68	R\$ 2.214.413,99
OUTUBRO	R\$ 901.202,28	R\$ 797.940,96	R\$ 1.699.143,24
NOVEMBRO	R\$ 124.179,53	R\$ 6.963,05	R\$ 131.142,58
DEZEMBRO	R\$ 1.221.089,33	R\$ 906.759,12	R\$ 2.127.848,45
TOTAL	R\$ 11.102.575,07	R\$ 18.092.263,09	R\$ 29.194.838,16



5.2.2. Evolução das receitas de contribuições previdenciárias

Ao longo dos últimos 5 anos, pode-se observar uma oscilação das receitas, tendo sido o ano de 2019 o que menos registrou entrada de recursos no RPPS.

O resumo das receitas de contribuições previdenciárias dos últimos cinco anos, pode ser visualizado na tabela e gráfico abaixo:

ANO	TOTAL
2018	R\$ 17.617.962,77
2019	R\$ 14.832.493,94
2020	R\$ 15.200.317,15
2021	R\$ 17.179.234,28
2022	R\$ 29.194.838,16



Mari

5.2.3. COMPREV

O COMPREV tem por objetivo operacionalizar a Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões. Em 2022, o IPMC recebeu R\$ 190.850,10 de Compensação Previdenciária do INSS. Em contrapartida, não houve nenhum repasse para o INSS, tendo em vista a inexistência de compensação deste para aquele regime.

Ademais, por muitos anos o IPMC permaneceu sem receber quaisquer valores de compensação previdenciária, voltando a receber em janeiro de 2021. Com isso a receita da compensação no ano de 2021 foi bem satisfatória chegando ao montante de R\$ 3.363.499,19, tendo em vista o desbloqueio dos valores retidos ao longo de cinco anos.

Vale ressaltar que iniciamos o ano de 2022 com 35 processos cadastrados no sistema COMPREV e em 31 de dezembro do corrente ano, estávamos com o quantitativo de 169 processos cadastrados aguardando a compensação previdenciária.

Segue abaixo a relação de valores recebidos no ano de 2022:

MÊS	VALOR
JANEIRO	R\$ 13.522,49
FEVEREIRO	R\$ 13.522,49
MARÇO	R\$ 14.896,28
ABRIL	R\$ 14.896,28
MAIO	R\$ 14.896,28
JUNHO	R\$ 14.896,28
JULHO	R\$ 14.896,28
AGOSTO	R\$ 14.896,28
SETEMBRO	R\$ 14.896,28
OUTUBRO	R\$ 14.470,49
NOVEMBRO	R\$ 0,00
DEZEMBRO	R\$ 45.060,67
TOTAL	R\$ 190.850,10



5.3. Aplicações Financeiras

A figura abaixo representa um dashboard de todas essas informações de investimentos, referente ao período de janeiro a dezembro de 2022.

Patrimônio	Rentabilidade		Meta		Gap		VaR
R\$ 2.916.931,81	Mês	Acum.	Mês	Acum.	Mês	Acum.	0,15%
	0,38%	9,84%	1,02%	11,00%	-0,64%	-1,16%	

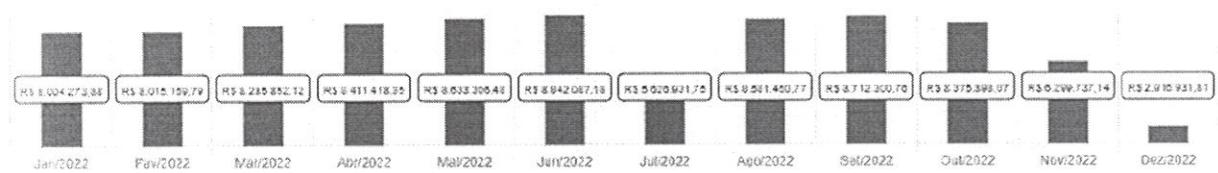
Em 31/12/2022, o patrimônio financeiro do IPMC era de R\$ 2.916.931,81. Em 2022, o IPMC obteve uma rentabilidade acumulada equivalente a 9,84% diante de uma meta atuarial de 11%, que é composta pelo IPCA + 4,93 a.a.

Através do GAP obtemos uma relação entre a rentabilidade e a meta atuarial, ou seja, qual o percentual faltante de rentabilidade para que possamos atingir a meta atuarial. Em 2022 o Gap, como não houve o alcance da meta atuarial o percentual do GAP acumulado é de -1,16%, se formos falar em GAP mensal temos um percentual de -0,64%.

Já o VaR é uma medida de risco, que considera a perca máxima possível de investimento em um determinado período, e isso estabelece um intervalo de confiança, que no caso do IPMC é de 0,15%.

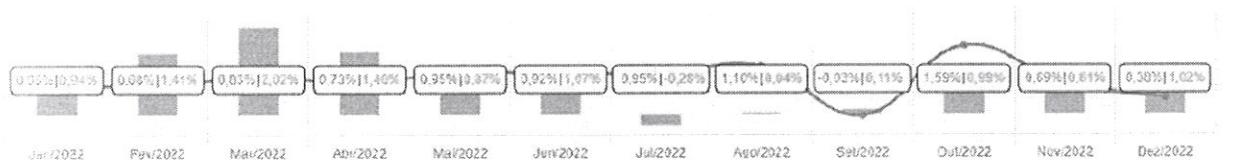
Ao longo do ano de 2022, o patrimônio do IPMC teve uma evolução considerável em comparação com os anos anteriores, iniciando com R\$ 8.004.273,88 e terminando o ano com R\$ 2.910.931,81, já com o pagamento de janeiro realizado ainda no mês de dezembro.

Evolução do Patrimônio



A figura abaixo demonstra um comparativo entre a rentabilidade atingida e a meta atuarial. Pode ser observado que o mês de outubro fora o mais rentável e o mês de setembro o menos rentável, chegando a ter rentabilidade negativa.

Comparativo (Rentabilidades | Metas)



Hoz

5.3.1. Segmentos dos investimentos

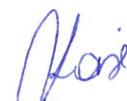
A Carteira de investimentos é uma união de todas as aplicações que foram escolhidas para fazer o dinheiro render, para que os objetivos financeiros fossem atingidos. Os ganhos dependem da forma como esses investimentos são organizados. No caso do IPMC, a Carteira de Investimentos se concentra em fundos da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S/A.

A tabela abaixo demonstra a evolução dos investimentos ao longo do ano, apresentando o saldo anterior, saldo final, meta de investimentos bem como sua rentabilidade em valores e percentual, e por fim o GAP mensal.

PERÍODO	SALDO ANTERIOR	SALDO FINAL	META	RENT.(R\$)	RENT.(%)	GAP
2022						
Janeiro	R\$ 3.495.306,70	R\$ 7.916.565,81	0,94%	R\$ 33.389,12	0,65%	-0,29%
Fevereiro	R\$ 7.916.565,81	R\$ 7.914.991,69	1,41%	R\$ 44.175,04	0,68%	-0,73%
Março	R\$ 7.914.991,69	R\$ 8.174.894,68	2,02%	R\$ 53.671,69	0,83%	-1,19%
Abri	R\$ 8.174.894,68	R\$ 8.285.721,83	1,46%	R\$ 48.289,21	0,73%	-0,73%
Maio	R\$ 8.285.721,83	R\$ 8.487.258,33	0,87%	R\$ 59.666,57	0,95%	0,08%
Junho	R\$ 8.487.258,33	R\$ 8.680.764,30	1,07%	R\$ 60.793,77	0,92%	-0,16%
Julho	R\$ 8.680.764,30	R\$ 5.540.714,84	-0,28%	R\$ 56.983,71	0,95%	1,22%
Agosto	R\$ 5.540.714,84	R\$ 8.481.364,84	0,04%	R\$ 69.036,02	1,10%	1,06%
Setembro	R\$ 8.481.364,84	R\$ 8.664.035,61	0,11%	R\$ -2.494,97	-0,03%	-0,15%
Outubro	R\$ 8.664.035,61	R\$ 8.343.642,38	0,99%	R\$ 114.619,99	1,59%	0,59%
Novembro	R\$ 8.343.642,38	R\$ 6.244.350,88	0,81%	R\$ 41.346,04	0,69%	-0,12%
Dezembro	R\$ 6.244.350,88	R\$ 2.790.606,48	1,02%	R\$ 8.598,79	0,38%	-0,64%
Total	R\$ 6.244.350,88	R\$ 2.790.606,48	11,00%	R\$ 588.074,98	9,84%	-1,16%

A figura abaixo demonstra quais foram os fundos utilizados para investimentos dos recursos do RPPS durante o ano de 2022 e percentual de retorno de cada um dos fundos, por semestre e durante todo ano.

ATIVO	CNPJ	RENTABILIDADE		
		1º Semestre	2º Semestre	Ano
BB IRF-M 1 TP FIC RF...	11.328.882/0001-35	-	2,11%	2,11%
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TP FI...	10.577.519/0001-90	0,62%	6,30%	6,96%
BB FLUXO FIC RF PREVID	13.077.415/0001-05	3,43%	3,01%	6,53%
CAIXA BRASIL FI RF REF DI...	03.737.206/0001-97	-	5,64%	5,64%
BB PERFIL FIC RF REF DI...	13.077.418/0001-49	-	4,24%	4,24%
BB IDKA 2 TP FI RF...	13.322.205/0001-35	-	2,68%	2,68%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	14.508.643/0001-55	4,59%	5,72%	10,58%
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FI RF	23.215.097/0001-55	4,59%	5,43%	10,27%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI...	10.740.670/0001-06	4,86%	5,45%	10,57%
BB IMA-B 5 FIC RF PREVID...	03.543.447/0001-03	-	2,63%	2,63%
CAIXA PRÁTICO FIC RF CURTO PRAZO	00.834.074/0001-23	4,03%	5,24%	9,48%
BB FI MULTIMERCADO PREVID LP	10.418.362/0001-50	-	3,86%	3,86%
BB FATORIAL FIC AÇÕES	07.882.792/0001-14	-	-4,63%	-4,63%
BB AÇÕES ESG FI AÇÕES ...	21.470.644/0001-13	-	-2,44%	-2,44%
BB MULTIMERCADO LP JUROS E MOEDAS	06.015.368/0001-00	-	3,92%	3,92%
BB AÇÕES BOLSAS ASIÁTICAS EX JAPÃO...	39.272.865/0001-42	-	1,58%	1,58%
BB AÇÕES ENERGIA FI AÇÕES	02.020.528/0001-58	-	-6,11%	-6,11%



5.4. Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos é uma instância colegiada de caráter consultivo, propositivo e deliberativo, voltada para a discussão dos aspectos relativos ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação de estratégias na gestão dos recursos do IPMC.

Ele foi criado através do Decreto 004, de 01 de março de 2022, e é composto por 3 (três) membros:

I – Um Diretor Geral de Investimentos, que será ocupado pelo Presidente do RPPS;

II – Um Diretor de Investimentos, que será ocupado pelo Secretário de Planejamento, Administração e Finanças;

III – Um Diretor Administrativo, que será ocupado pelo Diretor Financeiro do RPPS.

Através da Portaria 144/2022, de 01 de abril de 2022 fora instituído para o biênio 2022/2024 a seguinte composição do conselho:

No entanto o Diretor Administrativo do Conselho ficou nomeado até o dia (04/10/2022) deixando o cargo vago após a sua exoneração (portaria 359-A/2022).

**Diretor Geral de
Investimentos**

Ilane Karise Barbosa Cunha

**Diretor de
Investimentos**

Antonio Fábio Uchoa Soares

**Diretor
Administrativo**

Carlos Jakson Soares Sousa

5.4.1. Competências do Comitê de Investimentos

Compete ao Comitê de Investimentos deliberar sobre as aplicações e resgates dos recursos financeiros do RPPS, bem como sobre o credenciamento prévio das instituições financeiras habilitadas a receberem investimentos do IPMC.



5.4.2. Reuniões e Deliberações do Comitê de Investimentos

19/07/22

- POSSE DO COMITE DE INVESTIMENTOS;
- APROVACAO DO REGIMENTO INTERNO;
- APROVACAO DO CALENDARIO DE REUNIOES.

28/07/22

- APROVACAO DA INVESTIMENTOS E CARTEIRA DE FINANCEIRAS. ALOCACOES

29/08/22

- APROVACAO DA INVESTIMENTOS E CARTEIRA DE FINANCEIRAS. ALOCACOES

26/10/22

- APROVACAO DA INVESTIMENTOS E CARTEIRA DE FINANCEIRAS. ALOCACOES

5.4.3. Calendário de Reuniões do Comitê de Investimentos

MÊS	DATA	HORA	ASSUNTO
Julho	27/07/2022	09:30h	Regimento Interno e Aplicações Financeiras
Agosto	29/08/2022	09:30h	Aplicações Financeiras
Setembro	28/09/2022	09:30h	Aplicações Financeiras
Outubro	26/10/2022	09:30h	Aplicações Financeiras
Novembro	28/11/2022	09:30h	Aplicações Financeiras
Dezembro	16/12/2022	09:30h	Aplicações Financeiras



5.5. Patrimônio do RPPS

O patrimônio do IPMC, na data de 31/12/2022, era composto por:

PATRIMÔNIO	VALOR
Saldo em conta	R\$ 2.916.931,81
Parcelamentos	R\$ 66.986.428,20
Bens móveis	R\$ 83.186,31
TOTAL	R\$ 69.986.546,32

5.5.1. Parcelamentos

A Administração Municipal e o IPMC firmaram acordos de parcelamento especial, autorizado através da Lei nº 2582/2022, de 27 de junho de 2022, que permitiu que o saldo devedor, até setembro de 2021, fosse parcelado em até 240 meses.

Desta feita foram firmadas cinco rubricas diferentes, quais sejam:

ACORDO	RUBRICA	PERÍODO	VALOR
00538/2022	Utilização indevida de recursos	12/2007 a 02/2011	R\$ 1.107.509,27
00552/2022	Contribuição Patronal	01/2014 a 09/2021	R\$ 8.747.050,92
00553/2022	Contribuição Segurados	01/2014 a 09/2021	R\$ 3.396.733,59
00554/2022	Contribuição Patronal	01/2014 a 09/2021	R\$ 42.296.112,79
00555/2022	Contribuição Segurados	01/2014 a 09/2021	R\$ 10.748.170,53

Até o dia 31/12/2022 a composição desses acordos de parcelamento resultou nos seguintes dados:

ACORDO	VALOR CONSOLIDADO	VALORES PAGOS (até 31/12/2022)	SALDO DEVEDOR (em 31/12/2022)
00538/2022	R\$ 1.104.336,86	R\$ 28.149,66	R\$ 1.120.191,77
00552/2022	R\$ 8.714.155,86	R\$ 221.101,81	R\$ 8.839.276,73
00553/2022	R\$ 3.383.289,54	R\$ 85.848,91	R\$ 3.431.866,32
00554/2022	R\$ 42.128.664,76	R\$ 1.068.969,55	R\$ 42.733.556,06
00555/2022	R\$ 10.707.792,46	R\$ 271.685,43	R\$ 10.861.537,32



5.5.2. Bens Móveis

Dentro da esfera patrimonial os bens móveis são bens essencialmente materiais e que podem ser transportados sem alteração da substância, da sua estrutura, ou da destinação econômico-social para outro lugar.

DATA DA INCORPORAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR
13/07/2018	ARMARIO DE AÇO GRANDE	R\$ 569,00
13/07/2018	ARMARIO DE AÇO GRANDE	R\$ 569,00
13/07/2018	ARMARIO DE AÇO GRANDE	R\$ 569,00
29/08/2018	ARMARIO DE COZINHA EM AÇO 6 PORTAS E 3 GAVETAS	R\$ 799,00
13/07/2018	ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS	R\$ 449,00
13/07/2018	ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS	R\$ 449,00
13/07/2018	ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS	R\$ 449,00
02/08/2017	COMPUTADOR	R\$ 2.499,00
10/06/2021	COMPUTADOR CPU TELA MONITOR 19,5, PROCESSADOR INTEL CORE	R\$ 3.369,00
10/06/2021	COMPUTADOR CPU TELA MONITOR 19,5, PROCESSADOR INTEL CORE	R\$ 3.369,00
18/02/2019	CPU INTEL CORE I3, MEMORIA 4GB	R\$ 1.580,00
18/02/2019	ESTABILIZADOR MODULO ISOLADOR	R\$ 345,00
10/06/2021	ESTABILIZADOR MODULO ISOLADOR	R\$ 449,00
23/11/2017	MONITOR DELL	R\$ 480,00
18/02/2019	MONITOR TELA 19,5	R\$ 580,00
23/11/2017	NOBREAK	R\$ 485,00
10/06/2021	NOBREAK 700VA	R\$ 649,00
02/08/2017	NOTEBOOK HP ELITEBOOK	R\$ 2.850,00
02/08/2017	SWITCH 16 PORTAS FAST ETHERNET COM OS SF 1600 D INTELBRAS	R\$ 185,00
11/02/2020	VEICULO NOVO TIPO PASSEIO, BICOMBUSTIVEL, 4 PORTAS, AR CONDICIONADO, CAPACIDADE (VEICULO UNO ATTRACTIVE 1.0)	R\$ 46.000,00



04/02/2022	MODULO ISOLADOR ESTABILIZADOR	R\$ 362,85
04/02/2022	MODULO ISOLADOR ESTABILIZADOR	R\$ 362,85
04/02/2022	MODULO ISOLADOR ESTABILIZADOR	R\$ 362,85
04/02/2022	COMPUTADOR, CPU, TELA, MONITOR 19,5 SISTEMA WINDOWS, PROCESSADOR INTEL CORE I3	R\$ 3.136,85
04/02/2022	COMPUTADOR, CPU, TELA, MONITOR 19,5 SISTEMA WINDOWS, PROCESSADOR INTEL CORE I3	R\$ 3.136,85
04/02/2022	COMPUTADOR, CPU, TELA, MONITOR 19,5 SISTEMA WINDOWS, PROCESSADOR INTEL CORE I3	R\$ 3.136,85
21/09/2022	AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT, 22.000 BTUS	R\$ 3.996,13
21/09/2022	AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT, 22.000 BTUS	R\$ 1.998,06



6. CONTROLE INTERNO

A estrutura de Controle Interno do IPMC é realizada através da Secretaria de Controladoria Geral do Município, regulada através da Lei nº 2.364, de 29 de agosto de 2017, e ainda por Empresa especializada em assessoria e implementação de instruções normativas para a Controladoria interna, que abrange treinamentos e capacitação dos servidores em áreas de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, incluindo a locação de sistemas informatizados compatíveis com as exigências do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, e demais sistemas na Administração Municipal.

6.1. Da competência da Controladoria Geral do Município:

- I – exercer o controle interno da execução orçamentária e financeira, das variações patrimoniais e da contabilidade dos órgãos do Poder Executivo Municipal, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas;
- II – realizar auditoria e exercer o controle interno da legalidade dos atos financeiros e orçamentários dos órgãos da Administração Municipal;
- III – controlar os custos e preços dos serviços de qualquer natureza mantidos pela Administração direta, indireta e fundacional;
- IV – proceder ao exame prévio nos processos originários dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos do Poder Executivo Municipal;
- V – orientar e supervisionar as atividades de fiscalização orçamentária e financeira, contabilidade e auditoria na Administração Municipal, expedindo os atos normativos com essa finalidade;
- VI – promover a apuração de denúncias formais relativas a irregularidades ou ilegalidades praticadas com relação à execução orçamentária-financeira e patrimonial, nos órgãos do Poder Executivo Municipal;
- VII – propor ao Prefeito, nos termos da legislação vigente, a instauração de processo administrativo cabíveis aos gestores e servidores;
- VIII – apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional;
- IX – sistematizar dados e informações com a finalidade de subsidiar o processo decisório da Administração Pública Municipal.

6.2. Da competência da Assessoria de Controladoria Interna:

- I – orientação aos Auditores e Unidades de Controle Interno, no desempenho de suas funções.
- II – elaboração de normativas que disciplinam as ações de Controle Interno;
- III – ministrar cursos aos servidores municipais de acordo com suas funções, preparando-os para o desempenho de suas atividades;
- IV – capacitação do Secretário e servidores municipais sempre que houver atualização da legislação;
- V – disponibilização de sistemas de controle interno: almoxarifado, patrimônio, doações, combustível.
- VI - orientar sobre o controle de despesas, área pessoal, bens e permanentes, veículos, almoxarifado, doações, auxílio e subvenções.



6.3. Compras, Contratos e Licitações.

O IPMC não possui em seu quadro pessoal e expertise suficiente para lidar com todas as obrigações gerenciais necessárias para o bom funcionamento do RPPS, e por conta disso, possui algumas assessorias contratadas para melhor gerenciar a sua Gestão Administrativa. Além disso, o RPPS realiza compras de materiais de consumo e permanentes com empresas ganhadoras de cotação ou licitação.

A tabela abaixo faz um resumo de todos os contratos e compras realizadas pela Autarquia com o valor empenhado, e que, quando liquidados, fazem parte do percentual gasto com as Despesas Administrativas do IPMC:

EMPRESA	OBJETO	DATAS	VALOR
3IT CONSULTORIA LTDA – ME	Contratação direta para contratação de serviços de customização do sistema integrado de previdência e análise da montagem de processo de concessão de benefício através de sistema informatizado.	21/01/2022 a 21/01/2023	R\$ 16.800,00
ACEPREM- ASSOCIAÇÃO CEARENCE DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS	Contribuição anual junto a Associação Cearense dos Regimes Próprios de Previdência durante o exercício de 2022 de interesse do Instituto de Previdência.	13/10/2022	R\$ 1.250,00
AESP – ASSESSORIA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS - EIRELI	Licitação de serviços de consultoria e assessoria na elaboração do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR e Levantamento da Dívida Previdenciária para fins de parcelamento.	15/03/2022 a 15/03/2023	R\$ 70.800,00
ANTONIO ESMAEL BATISTA MESQUITA	Compra direta visando à aquisição de gênero alimentício.	10/05/2023	R\$ 1.945,00
ANTONIO ESMAEL BATISTA MESQUITA	Compra direta visando à aquisição de material de copa e cozinha.	10/05/2022	R\$ 1.537,10
ANTONIO ESMAEL BATISTA MESQUITA	Compra direta para aquisição de material de limpeza.	19/05/2022 a 31/12/2022	R\$ 3.969,70
ANTONIO ESMAEL BATISTA MESQUITA	Compra direta de material de consumo (descartáveis).	02/06/2022	R\$ 625,00
ANTONIO MARCELO ANDRADE SOUSA - ME	Compra direta para aquisição de material de consumo (expediente) de uso diário.	15/03/2022 a 31/12/2022	R\$ 8.405,71
ARIMA CONSULTORIA ATUAL, FINANCERA E MERCADOLÓGICA LTDA	Contratação direta de empresa especializada visando a consultoria destinada a preparar a unidade gestora para obter a certificação do PRÓ-GESTÃO nível I.	08/10/2022 a 31/12/2022	R\$ 8.000,00
BEN CASES – COMERCIO VAREJISTA DE	Compra direta para aquisição de material permanente de	04/02/2022	R\$ 10.677,00

ACESSORIOS DE TELEFONIA	informática.	31/12/2022	a
BEN CASES – COMERCIO VAREJISTA DE ACESSORIOS DE TELEFONIA	Compra direta para aquisição de periféricos de informática.	24/01/2022	R\$ 1.118,50
BEN CASES – COMERCIO VAREJISTA DE ACESSORIOS DE TELEFONIA	Compra direta de peças de informática para reposição e reparo de computadores do acervo do IPMC	23/05/2022	R\$ 2.455,00
DATAPREV	Inexigibilidade para acesso ao sistema COMPREV	28/03/2022	R\$ 36.000,00
DENIS MAGALHÃES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOGACIA	Licitação de serviços de consultoria e assessoria jurídica previdenciária para as áreas administrativa, previdenciária, concessão de benefícios e jurídica.	25/10/2021	R\$ 72.000,00
HEDELITA NOGUEIRA VIEIRA EIRELI- OBJETIVA PUBLICAÇÕES	Contratação direta de empresa especializada em veiculação de publicidade legal, para prestar serviços de publicações oficiais em jornal impresso de grande circulação.	20/10/2022	R\$ 27.600,00
HIBRIDA EMPREENDIMENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva em centrais de ar condicionado.	24/11/2022	R\$ 1.830,00
INFOCONT-ASSESSORIA CONTABIL MUNICIPAL LTDA	Contratação direta de serviços técnicos especializados em assessoria, consultoria e execução contábil	25/04/2022	R\$ 6.480,00
INTERPÚBLICA ASSESSORIA E CONSULTORIA MUNICIPAL LTDA	Contratação direta para contratação de serviços de soluções informatizadas para prestação de serviços de processamento de dados em sistema de folha de pagamento.	04/01/2022	R\$ 10.800,00
J.R COELHO TAVARES ME	Contratação direta para aquisição de aparelhos de ar condicionado para o Instituto de Previdência.	19/08/2022	R\$ 6.480,00
LOGICA ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA	Licitação de Consultoria e Assessoria em Atuária (1º aditivo).	20/03/2022	R\$ 7.840,00
MARDEN RODRIGUES NUNES	Contratação direta para manutenção automotiva.	05/07/2022	R\$ 7.000,00



MARDEN RODRIGUES NUNES	Contratação direta para aquisição de peças e acessórios automotivos.	05/07/2022 a 31/12/2022	R\$ 9.000,00
MARIA IVANILDA ABREU SAMPAIO EIRELI – ME	Contratação direta de serviço gráfico e de impressão.	28/06/2022 a 31/12/2022	R\$ 15.200,00
MARTA MARIA RODRIGUES GERMANO	Dispensa de Licitação para locação de imóvel para funcionamento das atividades do IPMC (4º aditivo).	03/06/2022 a 03/06/2023	R\$ 17.886,96
MATIAS E LEITÃO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA	Contratação direta para prestação de serviços de assessoria técnica habilitada e especializada em investimentos, devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Regional de Economia (CORECON), para que, em conformidade com as normas e princípios emanados da Resolução CMN nº 3922/2010 e suas alterações, preste assessoria técnica quanto a acompanhamentos, evolução e decisões de investimentos; bem como, disponibilize a emissão dos documentos exigidos na legislação em atendimento a normatização exercida pelos órgãos de supervisão dos RPPS.	21/02/2022 a 21/02/2023	R\$ 15.600,00
OTACILIO LOIOLA DE AGUIAR	Contratação direta para locação de impressora/copiadora.	08/02/2022 a 08/02/2023	R\$ 6.960,00
PAULO NAGEL DINIZ VIEIRA - EPP	Licitação de empresa especializada em serviços de biblioteconomia, visando a conversão de documentos físicos em arquivos eletrônicos, com estruturação de vocabulário controlado para representação e recuperação de informações em sistema de gestão eletrônica de documentos e armazenamento em nuvem.	17/05/2022 a 17/05/2023	R\$ 62.400,00
PAULO NAGEL DINIZ VIEIRA - EPP	Licitação de empresa especializada para assessoria e implementação de instruções normativas para a controladoria interna, abrangendo treinamentos e capacitação dos servidores em áreas de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacionalização, incluindo a locação de sistemas informatizados compatíveis com as exigências do TCE-CE e demais sistemas da Administração Municipal.	05/05/2022 a 05/05/2023	R\$ 63.600,00

Max

POSTO FIBRA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS EIRELI – ME	Contratação direta para aquisição de combustível para veículo automotor.	18/01/2022 a 31/12/2022	R\$ 13.860,00
POSTO FIBRA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS EIRELI-ME	Licitação de aquisição de combustível (gasolina comum) para operacionalização de veículo automotor.	21/07/2022 a 31/12/2022	R\$ 57.600,00
POUPA NET TELECOM LTDA	Contratação direta com empresa especializada em serviços de acesso a internet (enlace em fibra óptica) de 100 Mbits.	18/01/2022 a 18/01/2023	R\$ 900,00
RITA DE CASSIA BRAGA SANTIAGO	Contratação direta de serviços de manutenção de equipamentos informáticos e infraestrutura de rede.	23/05/2022	R\$ 3.340,00
WM ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM REFRIGERAÇÃO	Contratação direta de empresa especializada na prestação de serviços em manutenção preventiva e corretiva em centrais de ar e geladeiras.	29/06/2022	R\$ 2.550,00



7. ATUÁRIA

7.1. Análise de variações de resultados – Fundo previdenciário capitalizado

Em atendimento à Portaria nº 185, de 14 de maio de 2015, e em consonância com o item 3.2.3 do Manual do Pró-Gestão RPPS, aprovado pela Portaria SPREV nº 3, de 31 de janeiro de 2018, segue abaixo análise dos resultados das avaliações atuariais anuais relativas aos três últimos exercícios, com comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas:

Quadro 1. Variações do Quantitativo de participantes

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2020	1.512	41	17
Avaliação Atuarial 2021	1.574	45	20
Avaliação Atuarial 2022	1.545	80	35

Quadro 2. Variações dos Salários e Benefícios Médios

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2020	R\$ 2.773,10	R\$ 1.588,22	R\$ 1.464,33
Avaliação Atuarial 2021	R\$ 3.041,29	R\$ 1.642,93	R\$ 2.022,60
Avaliação Atuarial 2022	R\$ 3.251,47	R\$ 1.964,56	R\$ 1.872,62

Quadro 3. Variações das Folhas de Salários e Benefícios

Discriminação	Ativos	Aposentados	Pensionistas
Avaliação Atuarial 2020	R\$ 4.192.929,96	R\$ 65.116,92	R\$ 24.893,64
Avaliação Atuarial 2021	R\$ 4.786.989,57	R\$ 73.931,84	R\$ 40.452,08
Avaliação Atuarial 2022	R\$ 5.023.521,84	R\$ 157.165,02	R\$ 65.541,53

Dos dados dispostos nos quadros acima podem ser feitas as seguintes análises:

- Entre a Avaliação Atuarial de 2020 e Avaliação Atuarial 2021 verificou-se aumento de 4,10 pontos percentuais no número de participantes ativos, 62 servidores. Paralelo a isto, houve aumento do número de servidores aposentados, 4, e aumento de pensões, 3, que combinado com a variação dos valores médios de salários e benefícios resultou em aumento de 14,44% no gasto com pessoal.
- Entre a Avaliação Atuarial de 2021 e Avaliação Atuarial 2022 redução de 1,84 pontos percentuais no número de participantes ativos, 29 servidores. Paralelo a isto, houve aumento do número de servidores aposentados, 35, e aumento de pensões, 15, que combinado com a variação dos valores médios de salários e benefícios resultou em aumento de 7,04% no gasto com pessoal.



7.2. Variação no custo previdenciário

Dos dados dispostos nos quadros acima podem ser feitas as seguintes análises:

- Entre a Avaliação Atuarial de 2020 e Avaliação Atuarial 2021 verificou-se aumento de 9,00% do valor do déficit atuarial, motivado pelas variações das folhas de salários e benefícios e, principalmente, pela redução da taxa de juros considerada no cálculo.
- Entre a Avaliação Atuarial de 2021 e Avaliação Atuarial 2022 verificou-se uma redução de 24,85% do valor do déficit atuarial motivados pela implementação de alterações das regras previdenciárias, através da Lei nº 2.527, de 20 de outubro de 2021, em atendimento aos ditames da Emenda Constitucional nº103, de 12 de novembro de 2019, implementou reforma do sistema previdenciário do RPPS local, administrado pelo Instituto de Previdência do Município de Canindé - IPMC.

Quadro 4. Variações dos Custos Normais

CUSTO NORMAL	Avaliação Atuarial 2020	Avaliação Atuarial 2021	Avaliação Atuarial 2022
Aposentadorias com reversão ao dependente	26,50%	20,89%	16,05%
Invalidez com reversão ao dependente	2,51%	2,28%	2,04%
Pensão de ativos	2,52%	3,54%	1,89%
Auxílios	0,00%	0,00%	0,00%
CUSTO ANUAL LÍQUIDO NORMAL	31,53%	26,71%	19,98%
Administração do Plano	2,00%	2,00%	2,00%
CUSTO ANUAL NORMAL TOTAL	33,53%	28,71%	21,98%

Quadro 5. Variações dos Valores de Reservas e Ativo do Plano

Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	Avaliação Atuarial 2020	Avaliação Atuarial 2021	Avaliação Atuarial 2022
(-) Previsões Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)	R\$ 12.755.835,13	R\$ 18.222.914,24	R\$ 35.837.234,41
(-) Provisões Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	R\$ 278.364.502,42	R\$ 297.823.046,46	R\$ 205.101.313,89
Previsões Matemáticas (PMBaC + PMBC)	R\$ 291.120.337,55	R\$ 316.045.960,70	R\$ 240.938.548,30
(+) Ativo Líquido do Plano	R\$ 1.341.805,91	R\$ 198.753,21	R\$ 3.565.752,38
Resultado: Déficit Técnico Atuarial	(R\$ 289.778.531,64)	(R\$ 315.847.207,49)	(R\$ 237.372.795,92)



7.3. Variação das Receitas e Despesas Estimadas Versus Realizadas

Dos dados dispostos nos quadros acima pode ser feita a seguinte análise:

Verifica-se que no período analisados as receitas previdenciárias estimadas foram maiores em 30,99% em relação às efetivamente executadas. Em contrapartida as despesas estimadas foram inferiores em 5,80% as despesas efetivamente executadas, mostrando proximidade entre as estimativas e o valor realizado. No ano de 2021, por exemplo, verifica-se um resultado muito próximo entre as despesas estimadas e as efetivamente executadas.

Quadro 6. Total de Receitas e Despesas Estimadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
Avaliação Atuarial 2019	27.092.807,24	23.697.090,06	3.395.717,18
Avaliação Atuarial 2020	15.874.786,95	11.192.266,13	4.682.520,82
Avaliação Atuarial 2021	30.759.967,74	17.141.719,07	13.618.248,67

Quadro 7. Total de Receitas e Despesas Efetivamente Executadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
2019	16.955.559,22	18.455.906,21	-1.500.346,99
2020	16.873.696,36	17.777.801,70	-904.105,34
2021	22.455.906,95	18.999.194,83	3.456.712,12

Quadro 8. Variação das Receitas e Depesas Estimadas versus Executadas

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	SALDO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (a) (*)	Valor (b) (*)	Valor (c) = (a - b)
2019			
2020	30,99%	-5,80%	
2021			



8. JURÍDICO

O acompanhamento Jurídico do IPMC é exercido de duas maneiras diferentes. O primeiro deles e o principal é através da Procuradoria Geral do Município, com acompanhamento do Procurador do Município responsável pelos pareceres dos processos de Aposentadoria e Pensões. O segundo é através da Assessoria Jurídica contratada que possui legitimidade de representar a Autarquia nos processos judiciais, entre outros.

8.1. Da competência do Jurídico

- I – Elaboração de pareceres técnicos fundamentados sobre matérias relacionadas ao IPMC;
- II – Representação do IPMC perante aos órgãos de controle interno e externo;
- III – Representação do IPMC perante os processos de aposentadoria que tramitam no Tribunal de Contas do Estado do Ceará;
- IV – Representação do Instituto de Previdência perante a Justiça Estadual, Federal e Trabalhista;
- V - Acompanhar e dar consultoria à Gestão de Benefícios do RPPS, fazendo análises da legislação previdenciária local de acordo com dispositivos em conflito com a legislação previdenciária federal e/ ou carentes de regulamentação para situações cotidianas vividas pela unidade gestora;
- VI - Realização de atendimentos mensais para orientações nos processos administrativos em curso no RPPS, e ainda a presença de um profissional sempre que necessário;
- VII - Realizar revisão de processos de aposentadorias e pensões à medida que forem exigidas novas normas pela Secretaria da Previdência, Tribunal de Contas do Estado e/ou Legislação Municipal;
- VIII - Analisar e acompanhar às diligências oriundas do TCE/CE, da Secretaria de Previdência, Ministério Público e Beneficiários do RPPS, providenciando respostas;
- IX - Acompanhar a Diretoria Executiva em quaisquer dúvidas que surgirem pertinentes a gestão, via contato telefônico, presencial ou por meio eletrônico;
- X - Orientar, a Diretoria Executiva, quanto às normas atuais e novas orientações da secretaria de previdência e demais órgãos regulamentadores;
- XI - Avaliar a legalidade e possibilidade de concessão e revisão de benefícios previdenciários;
- XII - Orientar quanto ao reajuste anual de acordo com o INSS dos benefícios concedidos se em direito a paridade dos benefícios, quando houver alteração na remuneração dos cargos ativos, cobertos pela paridade;
- XIII - Atender e representar nas auditorias diretas e indiretas realizadas pela Secretaria da Previdência, TCE/CE incluindo a produção de justificativas que se façam necessárias e apresentação de eventuais documentos que sejam solicitados;



XIV - Adequar a legislação previdenciária de acordo com as normas gerais ditadas pela Secretaria da Previdência, bem como pela legislação federal de referência e pela Constituição Federal e suas Emendas Constitucionais;

XV - Atender às solicitações dos Conselhos Municipal e Fiscal de Previdência, inclusive emitindo eventuais relatórios e estudos que se façam necessários e que estejam envolvidos com o escopo aqui apresentado.

3.2. Das atividades realizadas

TIPO	QUANTIDADE
Pareceres Processo de Aposentadoria	57
Pareceres Processo de Pensão	8
Pareceres diversos	8
Peticionamento em processos judiciais	15



9. PRÓ-GESTÃO RPPS

Várias foram as ações realizadas ao longo do ano que fazem parte do plano de trabalho do Pró-Gestão RPPS e contribuem para a modernização do RPPS. Foram elas:

- Mapeamento e manualização da Aposentadoria por Incapacidade Permanente;
- Revisão do mapeamento e manualização:
 - Concessão de Aposentadoria;
 - Concessão de Pensão do Ativo e Inativo.
- Programa de Capacitação e certificação básica com participação dos agentes do IPMC, bem como representantes dos Conselhos em eventos:
 - II Encontro Regional de Previdência da ACEPREM, realizado em Canindé;
 - Conecta RPPS;
 - I Encontro de Capacitação dos RPPS do Ceará;
 - Curso de Certificação RPPS promovido pela Caixa de Aposentadoria e Pensão dos servidores municipais de Beberibe;
 - 1^a Jornada do Conhecimento dos Servidores do IPMC, a se realizar em janeiro de 2023.
 - 55º Congresso Nacional da Abipem;
 - Certifica RPPS.
- Criação dos regimentos internos:
 - Conselho Deliberativo;
 - Conselho Fiscal;
 - Comitê de Investimentos;
 - Diretoria Executiva.
- Ações de diálogo com o servidor:
 - Escolha da nova logomarca do IPMC através de votação pública;
 - II Seminário de Previdência dos servidores públicos municipais de Canindé.
 - Rodas de Conversa;
 - Programa de Preparação para Aposentadoria.
- Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor com o programa Saúde e Bem-estar dos Servidores Aposentados e Pensionistas do IPMC;
- Plano de Ação e Capacitação com planos de cursos para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, bem como Comitê de Investimentos;
- Elaboração do Planejamento Estratégico competência julho 2022 a junho 2023;
- Criação do Comitê de Investimentos;
- Encaminhamento da Base de Dados ao SIG-RPPS;
- Transparência com reformulação do site do IPMC;
- Definição de limite de alçadas relacionado aos investimentos;
- Segregação das atividades através do Regimento Interno;
- Elaboração e divulgação de cartilha previdenciária;
- Designação de servidor responsável por ouvidoria e divulgação.



10. RPPS EM NÚMEROS

AÇÕES	QUANTIDADE
Aposentadorias concedidas	63
Pensões Concedidas	12
Requerimentos de aposentadorias (em análise)	14
Requerimentos de pensão (em análise)	4
Aposentadorias homologadas	57
Pensões homologadas	10
Simulações de aposentadorias	656
CTCs emitidas	276
Averbações de Tempo de Serviço	35
Declarações emitidas	277
Resposta a diligências do TCE	82
Aposentados falecidos	12
Pensionistas falecidos	3
Pensionistas que atingiram a maioridade	6
Perícias médicas	568

